



Proc. 1.601/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO 53/2024	
OBJETO	A presente licitação tem por objetivo o Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de enfeites natalinos para a decoração e iluminação do natal de 2024, para atender as necessidades para atender a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, Secretarias de Administração e Finanças, Planejamento, Receita e Controle, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.	1.601/2024
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	02 de outubro de 2024 às 09h30min – Horário de Brasília-DF
LINK DA SESSÃO	www.portaldecompraspublicas.com.br
PREFERÊNCIA POR ME/EPP/EQUIPARADAS	ITENS COM DESTINAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/equiparadas: ☒ SIM ☐ NÃO ITENS COM AMPLA CONCORRÊNCIA: ☐ SIM ☒ NÃO ITENS COM PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: ☒ SIM ☐ NÃO ITENS COM RESERVA DE COTAS ME/EPP: ☐ SIM ☒ NÃO
REGÊNCIA LEGAL	Regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 4.956/2023, Decreto Municipal nº 4.971/2023 e demais legislações correlatas.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 520.593,50 (quinhentos e vinte mil quinhentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço por Item
MODO DE DISPUTA	Aberto e Fechado
UNIDADE GESTORA	Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, Secretarias de Administração e Finanças, Planejamento, Receita e Controle, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do endereço eletrônico www.costarica.ms.gov.br ; ou ainda através do portal eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br .



MUNICÍPIO DE COSTA RICA
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024
AQUISIÇÃO DE BENS (PROCESSADA PELO SRP)

Preâmbulo

O Município de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ n. 15.389.596/0001-30, com sede à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro, em Costa Rica/MS, ordenador de Despesas: por intermédio do Sr. **Cleverson Alves dos Santos**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade com RG n. 1876103 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n. 648.171.485-00, residente e domiciliado à Rua Francisco Augusto Mesquita Filho, nº 365, Jardim Eldorado, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, por meio das Secretarias Municipais; torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço por Item** com critério de julgamento por **Item**, e pelo modo de disputa **Aberto e Fechado**, com abertura em **02/10/2024 às 09h30min – Horário de Brasília-DF**, o Pregão será conduzida pela Agente de Contratação designada através da Portaria n.º 16.150/2024, o certame e a contratação dele decorrente, serão regidos pela serão regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 4.925/2023, demais legislações correlatas e demais exigências deste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação será processado através do **Sistema Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de enfeites natalinos para a decoração e iluminação do natal de 2024, para atender as necessidades para atender a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, Secretarias de Administração e Finanças, Planejamento, Receita e Controle, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação**, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Receita e Controle, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo III, e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

2. DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

2.2. Durante a sessão pública a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente por troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira;

2.4. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Eletrônico na mesma data de abertura, e em face de decisão da Pregoeira, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s).



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

2.5. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir com exatidão os seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correções e/ou alterações dos registros quando constada determinada incorreção ou se tornem desatualizados.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

3.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. Para os itens **01 ao 46**, a participação é exclusivamente para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.4. Será estabelecido preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas no âmbito local e/ou regionalmente de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, previsto no art. 48, § 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do *Decreto Municipal n.º 4.968, de 21 de novembro de 2023*.

3.4.1. *Fica estabelecido como limite geográfico do Município de Costa Rica, conforme art. 3º, VII, do Decreto Municipal nº 4.968/23, os seguintes municípios estabelecidos na região norte do Estado: Alcinópolis, Figueirão, Coxim, Sonora, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Rio Negro e Camapuã.*

3.5. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 Lei Complementar n.º 123/2006, fica limitada às microempresas, às empresas de pequeno porte e equiparadas, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Para os fins do disposto neste Edital, considera-se como “equiparadas”: o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.

3.7. Na hipótese de não haver vencedor para os **itens** exclusivos nos moldes acima descritos, este serão declarados fracassados e/ou desertos, podendo ser repetida a licitação sem **itens** exclusivos, aplicando as regras já estabelecidas neste Edital.

3.8. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **02 de outubro de 2024, com início às 09h30min**, horário de Brasília – DF e somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas **até às 09:29 horas (horário de Brasília-DF) através do site acima citado**.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

3.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

3.9.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e Termo de Referência;

3.9.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

3.9.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.10. Não poderá participar direta ou indiretamente do presente Pregão Eletrônico o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

3.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.10.2. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;

3.10.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.4.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.9. empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

3.10.10. empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município.

3.10.11. com decretação de falência;

3.10.12. submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

3.10.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.14. As condições mencionadas nos subitens anteriores serão verificadas pela Pregoeira previamente à fase de habilitação;

3.10.15. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.10.16. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere o subitem 3.10.4, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10.17. O disposto no item 3.10.4. não impede a licitação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10.18. O impedimento de que trata o item 3.10.5. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10.19. A vedação de que trata o item 3.10.15. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10.20. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.21. Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 14.230/2021, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.

3.10.22. Não se admite a participação de pessoa física quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

3.10.23. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.10.24. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.12 deste Edital.

3.11. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

3.11.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, por restar demonstrado com base no objeto desta demanda, que não há necessidade que empresas de objetos diferentes reúnam-se em consórcio para junção de qualificações distintas destinadas a um mesmo fim, objeto deste Termo, a operação deste Município requer uma empresa com condições de fornecer os bens, sendo que todos os serviços essenciais inerentes a este objeto coexistem dentro de uma mesma estrutura empresarial especializada no fornecimento de tais bens.

3.11.2. Essa decisão é resultante de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e a ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público do órgão.

3.11.3. Diante do exposto e considerando que existem diversos fornecedores com capacidade de entregar o objeto deste Edital, e ainda por não ser característico da atividade econômica da venda de bens em junção de consórcio, o Município de Costa Rica/MS decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição à competitividade.

3.12. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA

3.12.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

IV - o objeto da licitação se referir, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.13. Da participação de pessoa física:

3.13.1. Considerando os estudos técnicos preliminares, e, conforme o objeto, na presente contratação, não será admitida a participação de pessoa física, porquanto necessária estrutura incompatível com as suas características, para o atendimento da necessidade da Administração.

3.14. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

3.14.1. Será permitida a participação de empresas estrangeiras que funcionem no País, sendo exigidos os documentos de habilitação descritos no item 16.3 (habilitação jurídica), inclusive o relacionado no subitem 16.3.1.5. deste edital, por meio de documentos equivalentes aos exigidos para pessoas jurídicas nacionais, inicialmente apresentados em tradução livre, conforme regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4.971/2023.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio no registro cadastral no www.portaldecompraspublicas.com.br, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação prevista no Edital.

4.1.1. O acesso do operador ao sistema do pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário cadastrado o sigilo da senha, bem como conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados não cabendo a este órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida através do www.portaldecompraspublicas.com.br, por contato pelo telefone 0800.730.5455



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. No presente Pregão Eletrônico, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

5.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.5. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

5.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

5.5.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, equiparadas ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas ou sociedade cooperativa.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.5. e 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.1. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total dos Itens;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

b) quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.
c) descrição detalhada do objeto, indicando no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando for pertinente. Tais informações devem estar de acordo com o Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os bens, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas Competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento na execução do contrato.

6.11. A empresa licitante deverá ainda, apresentar as seguintes declarações, como anexo à proposta:

6.11.1. DECLARAÇÃO de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

6.11.2. DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no inciso IV do art. 63 da Lei n.º 14.133, de 2021;

6.11.3. Em relação às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, DECLARAÇÃO de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do ANEXO V do edital.

6.11.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no subitem 3.12 deste Edital.

6.12. DA GARANTIA DA PROPOSTA

6.12.1. Para a presente proposta não será exigida garantia.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido, por via eletrônica no endereço através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo ainda serem encaminhadas cópias para o e-mail: licitacao@costarica.ms.gov.br até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

7.1.1. Não será conhecida da impugnação ou do pedido de esclarecimentos sem o nome completo ou razão social, CPF/CNPJ, endereço, telefones, e-mail, assinatura do impugnante e sendo pessoa jurídica deverá estar acompanhada de documento que comprove a representatividade de quem assina a impugnação.

7.2. O pregoeiro/agente de contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 7.2, e vincularão os participantes e a Administração.

7.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos do edital e também será desclassificada a proposta cuja descrição identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9. DOS LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de R\$ 0,05 (cinco) centavos.**

9.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.2. A sessão pública será realizada em consonância com o art. 56, da Lei nº 14.133/21, obedecendo ao modo de disputa aberto e fechado, na fase aberta os licitantes serão informados em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

10.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

10.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.6. Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Considerando as normas gerais e também o Decreto Municipal nº 4.968/2023, microempresas, empresas de pequeno porte equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes sediadas local ou regionalmente, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for considerada empresa não sediada local ou regionalmente, assim como das demais classificadas, para o fim aplicar-se o disposto no [art. 48, § 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) c/c o art. 3º, incisos VI e VII do Decreto Municipal nº 4.968/2023.

11.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas local ou regionalmente que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

11.1.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte e equiparada melhor classificada, considerada não sediada local ou regionalmente desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior, nos termos do art. 44, § 2º da Lc 123/06.

11.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.3. Após aplicada as supracitadas regras, persistindo o empate, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

11.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada **não** poderá fazer uso do tratamento diferenciado se, no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.1.3. Concluída a negociação, o resultado será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

13.1. O pregoeiro solicitará ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar que, no prazo de até **2 (duas) horas** envie a proposta, devidamente preenchida e assinada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

13.1.1. A Proposta de Preços ajustada deverá ser inserida no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo e-mail: licitacao@costarica.ms.gov.br quando solicitado.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

13.1.2. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

13.1.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14.DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

14.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e seus anexos.

14.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.4.1. contiver vícios insanáveis;

14.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;

14.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo estimado para a contratação;

14.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.4.5.1. Para os fins do disposto nos subitens 14.4.1 e 14.4.5, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

14.4.5.2. A pregoeira poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 10.4.5.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado na ata da sessão.

14.5. No caso de apresentação de proposta inexequível (subitens 14.4 e 14.4.4), a pregoeira, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, no sentido de comprovar que o custo ultrapassa o valor da proposta; e/ou inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, comprovando a sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

14.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 14.4.5.2 e subitem 14.5, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada na ata da sessão.

14.6. É considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Os licitantes interessados, após o encerramento da etapa competitiva, poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

15.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do item 15.1 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.

15.1.2. Para os fins do disposto no subitem 15.1, o pregoeiro consultará os demais licitantes se aceitam reduzir o preço e aderir às demais condições ofertadas pelo licitante vencedor.

15.1.3. Com a confirmação do aceite, será consignado em ata da sessão da licitação.

15.2. Se houver mais de um licitante que aceite cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, a classificação será realizada segundo a ordem da última proposta individual ou lance apresentado durante a fase de competitiva de lances.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, são exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.2.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

16.2.2. consulta ao banco de dados de penalidades do município (cadastro/registro das empresas sancionadas e/ou suspensas).

16.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o §8º do artigo 12 da Lei n.º 14.230/2021.

16.2.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa.

16.2.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

16.2.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

16.3. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS:

16.3.1. Habilitação jurídica:

16.3.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.3.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.3.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução. [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

16.3.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

16.3.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

16.3.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

16.3.1.10. **Para participação com os benefícios da Lei nº 123/2006**, as empresas deverão comprovar que se enquadram como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, mediante a apresentação **certidão simplificada** original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de **Declaração de Enquadramento ME - EPP**, conforme Anexo V, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

16.3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

16.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**); www.receita.fazenda.gov.br;

16.3.2.2. Prova de Regularidade relativa ao **FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

16.3.2.3. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. **Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;**

16.3.2.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda **Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-**ICMS**, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

16.3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas-CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho www.tst.jus.br/certidao, conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

16.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.3.3.1. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre **falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16.3.3.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

16.3.3.3 DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

a) **Declaração Unificada**, conforme modelo no **Anexo VI** deste edital, devidamente preenchida e assinada pelo responsável.

b) Modelo de **Carta de Preposto**, conforme **Anexo VII** deste edital, quando o representante da empresa



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

não figurar como sócio nos quadros societários do ato constitutivo. **Caso seja vencedor poderá entregar a mesma no ato da assinatura do contrato.** Esclarecendo que a Carta de Preposto não substitui a Procuração e nem a Procuração substitui a Carta de Preposto.

c) Alvará de funcionamento do licitante em plena vigência.

16.3.4. COMPROVAÇÃO COMPLEMENTAR EM CASO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS:

16.3.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

16.3.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

16.3.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

16.3.4.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

16.3.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

16.3.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

16.3.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.3.5. DAS REGRAS GERAIS DA FASE DE HABILITAÇÃO:

16.3.5.1. Após a consulta de que trata o subitem 12.2 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NESTE EDITAL**, via sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação.

16.3.5.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

16.3.5.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.3.5.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.3.5.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16.3.5.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

16.3.5.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

16.3.5.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

16.3.5.5.3. A diligência de que trata o subitem 16.3.5.5, não caracteriza como substituição ou apresentação de documento novo, e dessa forma, o pregoeiro/comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada na ata da sessão e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, assim como a juntada de documento extemporâneo que não havia sido apresentado no momento oportuno por um equívoco ou falha, porém desde que esses sejam preexistentes e passível de comprovação.

16.3.5.5.4. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação.

16.3.5.5.5. Caso haja a necessidade de suspensão da sessão para a realização da diligência, somente poderá ser retomada a sessão mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e devidamente registrado em ata.

16.3.5.5.6. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado pelo Pregoeira no caso de indisponibilidade do sistema, bem como da ocorrência de fato excepcional superveniente para o qual não tenha concorrido a licitante, desde que devidamente comprovada, não podendo este prazo exceder em 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeira.

16.3.5.5.7. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão.DOC ou DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

16.3.5.5.8. Os documentos remetidos por meio do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a). Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao pregoeiro, no endereço licitacao@costarica.ms.gov.br.

16.3.5.5.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir

16.3.5.5.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta ajustada, e/ou documentos complementares, tanto na fase de proposta ou de habilitação, conforme previsto neste instrumento, será desclassificada/inabilitada, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

16.3.5.5.10. As microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparadas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.3.5.5.11. Na hipótese de haver alguma restrição quando da comprovação de regularidade, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.3.5.5.12. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.3.5.5.13. No caso de itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, quando houver inabilitação do licitante que estava como provisoriamente vencedor, e, antes do Pregoeiro passar à proposta ou lance subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto.

16.3.5.5.14. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

16.3.5.5.15. Após o encerramento da fase de habilitação, o pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor bem como os documentos oriundos das diligências promovidas.

16.3.6. DAS DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PELOS LICITANTES NA FASE DE HABILITAÇÃO:

16.3.6.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3.6.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

16.3.6.3. Constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, a verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

16.3.6.4. No caso que a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

16.3.6.5. Qualquer licitante poderá, de **forma imediata**, após a declaração do vencedor do certame, Manifestar sua intenção de recorrer sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, dessa forma será concedido na sessão pública o prazo de 10 minutos, indicando em sua manifestação contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer, julgamento das propostas e/ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.2. O prazo para apresentação do recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br devendo ainda serem encaminhadas **cópias para o e-mail: licitacao@costarica.ms.gov.br**.

17.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, aos interessados, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.7 Recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7.1. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente poderá solicitar auxílio pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. E caso a autoridade competente solicite, o prazo para proferir a decisão ficará suspenso.

17.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

18. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro deverá elaborar um breve relatório quanto aos fatos e procedimentos do certame, e encaminhar o processo à autoridade superior para que se proceda a adoção de uma das condutas constantes do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DA ENTREGA DO OBJETO

19.1. As condições e obrigações referente a entrega do objeto, devem seguir as disposições constantes do Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. No que tange ao pagamento decorrente do fornecimento do objeto, a contratada deverá observar o disposto no item 10 do Termo de Referência **(dos critérios de medição e pagamento)**.

21. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

21.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preço, cuja minuta constitui o Anexo III do presente instrumento, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei n.º 14.133, de 2021.

21.2. Se não ocorrer a convocação para a contratação e decorrer o prazo de validade da proposta indicado no edital, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.3. Será admitida a forma eletrônica na celebração da Ata de Registro de Preço, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

21.4. Na assinatura da Ata de Registro de Preço, será exigida para a licitante, a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, e se, por ocasião da formalização da respectiva Ata, as certidões de regularidade da Adjudicatária para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho estiverem vencidas, o órgão contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos comprobatórios da respectiva consulta, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.5. Se o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, se recusar a assinar Ata de Registro de Preços, é facultado à Administração convocar o licitante que aceitou reduzir seu preço do vencedor, que trata o item 15.1 deste Edital, na ordem de classificação, para assinatura, nas mesmas condições propostas pelo vencedor.

21.5.1. Caso nenhum o licitante que reduziu o valor ao primeiro colocado, não aceite assinar a ARP, nos termos do 17.5, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

21.5.2. Se restar frustrada a negociação de melhor condição de preço, a Administração poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

21.5.3. Na adoção dos procedimentos descritos nos itens 21.5 à 21.5.2, a Administração **não** poderá aceitar propostas/lances superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

21.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido, caracterizará a conduta tipificada no inciso VI do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o sujeitará à penalidade prevista neste Edital.

22. DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

22.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão e/ou entidade participante, deverão observar as disposições constantes na ARP, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

23.1. Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- 23.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 23.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 23.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 23.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 23.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 23.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.1.10.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 23.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;
- 23.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 23.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021, sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 23.1.1 a 23.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 23.1.2 a 23.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 23.1.8 a 23.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 23.2 deste Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 23.2 deste Edital será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.8. Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

23.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

24.3. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico em formato legível.

24.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

25. DO FORO

25.1. Fica eleito, para dirimir as questões divergentes oriundas do presente Edital e seus anexos, que não forem resolvidas na esfera administrativa, o foro da comarca de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo Proposta de Preços

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preço;

ANEXO IV - Minuta do Contrato;

ANEXO V - Modelo Declaração - Enquadramento ME ou EPP;

ANEXO VI - Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO VII - Modelo de Termo de Nomeação de Preposto

Costa Rica – MS, 09 de setembro de 2024

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Cleverson Alves dos Santos

Prefeito Municipal/Ordenador de Despesas

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

(apenas para conhecimento, a empresa não precisa preencher)

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.601/2024**

SD Nº: 36/ 2024 (SMAFPRC), 37/2024 (SMTMAEC), 34/2024 (SMS), 59/2024 (SMAS), 102/2024 (SME).

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento, encontrando-se este, em anexo.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de enfeites natalinos para a decoração e iluminação do natal de 2024, para atender as necessidades para atender a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, Secretarias de Administração e Finanças, Planejamento, Receita e Controle, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação. Conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste termo conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

<i>Itens</i>	<i>Descrição do Produto</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Quantidade e Total</i>	<i>Valor total estimado</i>
1	ABRAÇADEIRA de nylon na cor branca ou transparente de nylon de alta resistência e alta qualidade 150 X 3,6MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	Pacote	R\$ 9,00	970	R\$ 8.730,00
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON na cor branco ou transparente de alta resistência e alta qualidade Resistência à temperatura: mínima de -40°C e máxima de 100°C medindo 380 X 4,8MM. PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	R\$ 35,78	205	R\$ 7.334,90
3	Árvore cerejeira com 2272 Led's warm 284, led's fixo, uso externo, material: estrutura metálica, dimensão de 3m, alimentação: tomada (plug macho/fêmea), cor dos leds: Branco quente.	Unidade	R\$ 6.079,87	4	R\$ 24.319,48
4	• Bastão de Led Snowfall Led WF 1760 • Cor da iluminação: rosa pink • Voltagem: 85-250 V • Corrente: 0.02 mA • Potência: 2 W • Comprimento do bastão: 60 CM • Comprimento do cabo: 4,20m • Quantidade de bastões: 8 • Espaçamento entre os bastões: 45cm • Plug: macho/fêmea	Unidade	R\$ 96,33	55	R\$ 5.298,15
5	• Bastão de Led Snowfall Led WF 1760 Cor: 3000K • Branco quente	Unidade	R\$ 95,50	160	R\$ 15.280,00

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	• Voltagem: 85-250 V • Corrente: 0.02 mA • Potência: 2 W • Comprimento do bastão: 60 CM • Comprimento do cabo: 4,20m • Quantidade de bastões: 8 • Espaçamento entre os bastões: 45cm • Plug: macho/fêmea				
6	Bola vazada com dimensão de 40cm Leds warm, 110/220V-bivolt, IP44, quantidade de luzes: 150, sendo 15 estrobilhos e 135 fixos, Potência: 3.6W, Uso externo, material: plástico, alimentação: tomada (plug macho/fêmea), Cor da iluminação: rosa pink.	Unidade	R\$ 115,73	14	R\$ 1.620,22
7	Bola vazada com dimensão de 40cm Leds warm, 110/220V-bivolt, IP44, quantidade de luzes: 150, sendo 15 estrobilhos e 135 fixos, Potência: 3.6W, Uso externo, material: plástico, alimentação: tomada (plug macho/fêmea), cor: branco quente.	Unidade	R\$ 146,47	30	R\$ 4.394,10
8	Cabo flex paralelo 1 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros na cor AZUL .	Unidade	R\$ 296,90	5	R\$ 1.484,50
9	Cabo flex paralelo 1 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros na cor VERMELHA .	Unidade	R\$ 319,59	5	R\$ 1.597,95
10	Cabo flex paralelo 2 x 1,50mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	R\$ 225,22	26	R\$ 5.855,72
11	Cabo flex paralelo 2 x 2,50mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	R\$ 329,11	21	R\$ 6.911,31
12	Cabo flex paralelo 2 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	R\$ 436,41	15	R\$ 6.546,15
13	Cascata em led, 5 m confeccionadas com 200 led's fixos, 110/220V-bivolt, isolamento dos fios na cor transparente, medindo 4,5m de comprimento. Tomada macho e fêmea. As medidas das caídas deverão ser aproximadamente de: 0,40m, 0,50m, e 0,60m provocando um efeito assimétrico. Uso para áreas externas e internas. Cor dos leds branco quente.	Unidade	R\$ 67,86	41	R\$ 2.782,26
14	Cascata em led, 5 m confeccionadas com 200 led's fixos, 110/220V-bivolt, isolamento dos fios na cor transparente, medindo 4,5m de comprimento. Tomada macho e fêmea. As medidas das caídas deverão ser aproximadamente de: 0,40m, 0,50m, e 0,60m provocando um efeito assimétrico. Uso para áreas externas e internas. Cor dos leds branco frio.	Unidade	R\$ 67,86	38	R\$ 2.578,68
15	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds rosa pink	Unidade	R\$ 39,50	40	R\$ 1.580,00
16	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds branco quente.	Unidade	R\$ 42,25	50	R\$ 2.112,50
17	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds branco frio.	Unidade	R\$ 41,85	75	R\$ 3.138,75
18	Cordão luminoso composto por 700 Leds alto brilho (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente,	Unidade	R\$ 195,00	40	R\$ 7.800,00

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 50 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor do emissor de luz branco quente.				
19	Cordão luminoso composto por 700 Leds alto brilho (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 50 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor do emissor de luz branco frio.	Unidade	R\$ 242,00	62	R\$ 15.004,00
20	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 200 led's fixos, tamanho 3mx2m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	R\$ 87,72	25	R\$ 2.193,00
21	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 200 led's fixos, tamanho 3mx2m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	R\$ 126,65	20	R\$ 2.533,00
22	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 500 led's fixos, tamanho 3m X 2,5m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	R\$ 145,29	25	R\$ 3.632,25
23	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 500 led's fixos, tamanho 3m X 2,5m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	R\$ 149,14	10	R\$ 1.491,40
24	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 700 led's fixos, tamanho 4m (L) x 3m (A), Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	R\$ 208,36	23	R\$ 4.792,28
25	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 700 led's fixos, tamanho 4m (L) x 3m (A), Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	R\$ 227,72	11	R\$ 2.504,92
26	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 96 led's fixos, Tamanho 3,5x0,30m + 0,75m cabo de força, Potência: 10W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	R\$ 44,36	50	R\$ 2.218,00
27	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 96 led's fixos, Tamanho 3,5x0,30m + 0,75m cabo de força, Potência: 10W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	R\$ 39,05	10	R\$ 390,50
28	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: branco frio, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	R\$ 57,83	35	R\$ 2.024,05
29	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: branco quente, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	R\$ 62,24	15	R\$ 933,60
30	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: rosa pink, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	R\$ 62,24	35	R\$ 2.178,40
31	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: vermelho, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	R\$ 62,24	25	R\$ 1.556,00
32	• Fio de Fada (rosa pink) Espaçamento de 10cm entre cada led.(100/220V-bivolt) • Cor rosa • Tipo de alimentação: pilha • Tamanho do fio: 10 metros (100 led's) • Material: Fio de Cobre flexível (Prata Revestido) • Luz fixa	Unidade	R\$ 29,97	35	R\$ 1.048,95

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	• À prova d'água • potência mínima de 7 watts • uso externo e interno • proteção IP65				
33	• Fio de Fada, Espaçamento de 10cm entre cada led.(100/220V-bivolt) • Cor branco quente • Tipo de alimentação: pilha • Tamanho do fio: 10 metros (100 led's) • Material: Fio de Cobre flexível (Prata Revestido) • Luz fixa • À prova d'água • potência mínima de 7 watts • uso externo e interno • proteção IP65	Unidade	R\$ 31,32	55	R\$ 1.722,60
34	Mangueira led luminosa 110/220V-bivolt, Cor: branco frio, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts de mangueira luminosa incandescente, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$ 816,33	55	R\$ 44.898,15
35	Mangueira luminosa led 110/220V- bivolt, cor: amarelo, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: no mínimo 30, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$ 820,53	65	R\$ 53.334,45
36	Mangueira luminosa led 110/220V- bivolt, cor: branco quente, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: no mínimo 30, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$ 878,50	40	R\$ 35.140,00
37	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: azul, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$ 615,00	65	R\$ 39.975,00
38	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: rosa pink, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$ 963,50	53	R\$ 51.065,50
39	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: verde, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$ 830,33	39	R\$ 32.382,87
40	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: vermelho, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$ 827,00	44	R\$ 36.388,00
41	Refletor Led 200W, bivolt, luz na cor azul, Fluxo luminoso: 13000 lúmens, Ângulo de feixe, Temperatura de trabalho:(-30°C a 50°C), luminária: 120°, Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz; Fator potência: >0.80 super SMD, grau de proteção: IP66	Unidade	R\$ 149,66	40	R\$ 5.986,40

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	(à prova d'água), peso: 2762g; Vida útil: 40.000 horas Dimensão :28,4x23,2x15cm. vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.				
42	• Refletor Led 200W, luz na cor rosa pink, • Fluxo luminoso: 13000 lúmens, Ângulo de feixe, • Temperatura de trabalho:(-30°C a 50°C), luminária: 120°, • Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz; • Fator potência: >0.80 super SMD, grau de proteção: IP66 (à prova d'água), • peso: 2762g; • Vida útil: 40.000 horas • Dimensão :28,4x23,2x15cm. vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	R\$ 118,65	45	R\$ 5.339,25
43	• Refletor Led 200W, luz na cor verde (Equivalente a 1500W de lâmpada halogênea) À prova d'água, 25.000LM tamanho da lâmpada: 38,5x28,5x4cm; Fonte de luz: LED (216 peças) • Lúmens:16000 lm- 77,5 lm/W; • Vida Útil 30.000h, Tipo de LED: LED SMD • Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz; 200W • Proteção contra surtos: 3,5 Kv • Ângulo de feixe luminária: 120° • Temperatura de trabalho: (-30°C a 50°C) • Material da caixa: Alumínio + vidro temperado, Temperatura de Cor (CCT): 6000K • Nível IP: IP66 • Altura de montagem: 4-6m • Uso: Exterior • Dimensões: 230x180x25mm, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	R\$ 150,73	42	R\$ 6.330,66
44	Refletor Led 50W, luz na cor rosa pink, bivolt, Formato Retangular, IP- 67, 50/60Hz, 4000 LM, corpo em alumínio com vidro com proteção IK- 08, abertura do fecho luminoso 120° Temperatura da cor 6500 Kelvin, vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	R\$ 98,87	110	R\$ 10.875,70
45	Varal de Luzes cor branco frio, 100 metros com 100 soquetes, lâmpadas já inclusas, Voltagem: 110/220V, cabo paralelo 2x1,5mm totalmente isolado, para ligações externas, capacidade de Watts: 1500W, espaçamento entre lâmpadas de 1 m. Lâmpada bolinha incandescente 15W	Unidade	R\$ 935,66	15	R\$ 14.034,90
46	Varal de Luzes cor branco quente, 100 metros com 100 soquetes, lâmpadas já inclusas, Voltagem: 110/220V, cabo paralelo 2x1,5mm totalmente isolado, para ligações externas, capacidade de Watts: 1500W, espaçamento entre lâmpadas de 1 m. Lâmpada bolinha incandescente 15W	Unidade	R\$ 893,00	35	R\$ 31.255,00

1.3 A contratação será processada pelo **Sistema de Registro de Preços**, conforme autoriza o art. 82 da Lei de Licitação 14.133 de 01 de abril de 2021, e objetiva atender as demandas dos seguintes órgãos e/ou entidades participantes:

Itens	Descrição do Produto	Unidade de medida	Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Receita e Controle	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente,	Secretaria Municipal de Educação	TOTAL
--------------	-----------------------------	--------------------------	--	--------------------------------------	---	--	---	--------------

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

						Esporte e Cultura		
1	ABRAÇADEIRA de nylon na cor branca ou transparente de nylon de alta resistência e alta qualidade 150 X 3,6MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	Pacote	800	0	150	20	0	970
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON na cor branco ou transparente de alta resistência e alta qualidade Resistência à temperatura: mínima de -40°C e máxima de 100°C medindo 380 X 4,8MM. PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	50	0	150	5	0	205
3	Árvore cerejeira com 2272 Led's warm 284, led's fixo, uso externo, material: estrutura metálica, dimensão de 3m, alimentação: tomada (plug macho/fêmea), cor dos leds: Branco quente.	Unidade	2	0	1	0	1	4
4	• Bastão de Led Snowfall Led WF 1760 • Cor da iluminação: rosa pink • Voltagem: 85-250 V • Corrente: 0.02 mA • Potência: 2 W • Comprimento do bastão: 60 CM • Comprimento do cabo: 4,20m • Quantidade de bastões: 8 • Espaçamento entre os bastões: 45cm Plug: macho/fêmea	Unidade	40	0	15	0	0	55
5	• Bastão de Led Snowfall Led WF 1760 • Cor: 3000K • Branco quente • Voltagem: 85-250 V • Corrente: 0.02 mA • Potência: 2 W • Comprimento do bastão: 60 CM • Comprimento do cabo: 4,20m • Quantidade de bastões: 8 • Espaçamento entre os bastões: 45cm Plug: macho/fêmea	Unidade	30	0	20	100	10	160
6	Bola vazada com dimensão de 40cm Leds warm, 110/220V-bivolt, IP44, quantidade de luzes: 150, sendo 15 estrobilhos e 135 fixos, Potência: 3.6W, Uso externo, material: plástico, alimentação: tomada (plug macho/fêmea), Cor da iluminação: rosa pink.	Unidade	10	0	4	0	0	14
7	Bola vazada com dimensão de 40cm Leds warm, 110/220V-bivolt, IP44, quantidade de luzes: 150, sendo 15 estrobilhos e 135 fixos, Potência: 3.6W, Uso externo, material: plástico, alimentação: tomada (plug macho/fêmea), cor: branco quente.	Unidade	20	0	10	0	0	30
8	Cabo flex paralelo 1 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros na cor AZUL .	Unidade	2	0	2	1	0	5
9	Cabo flex paralelo 1 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama	Unidade	2	0	2	1	0	5

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	acondicionamento: rolo com 100 metros na cor VERMELHA .							
10	Cabo flex paralelo 2 x 1,50mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	8	0	15	3	0	26
11	Cabo flex paralelo 2 x 2,50mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	8	0	10	3	0	21
12	Cabo flex paralelo 2 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	3	0	10	2	0	15
13	Cascata em led, 5 m confeccionadas com 200 led's fixos, 110/220V-bivolt, isolamento dos fios na cor transparente, medindo 4,5m de comprimento. Tomada macho e fêmea. As medidas das caidas deverão ser aproximadamente de: 0,40m, 0,50m, e 0,60m provocando um efeito assimétrico. Uso para áreas externas e internas. Cor dos leds branco quente.	Unidade	20	0	6	5	10	41
14	Cascata em led, 5 m confeccionadas com 200 led's fixos, 110/220V-bivolt, isolamento dos fios na cor transparente, medindo 4,5m de comprimento. Tomada macho e fêmea. As medidas das caidas deverão ser aproximadamente de: 0,40m, 0,50m, e 0,60m provocando um efeito assimétrico. Uso para áreas externas e internas. Cor dos leds branco frio.	Unidade	20	0	3	5	10	38
15	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds rosa pink	Unidade	30	0	10	0	0	40
16	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds branco quente.	Unidade	30	0	10	0	10	50
17	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds branco frio.	Unidade	30	0	10	30	5	75
18	Cordão luminoso composto por 700 Leds alto brilho (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm	Unidade	10	0	10	15	5	40

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	(mínimo). Extensão de 50 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor do emissor de luz branco quente.							
19	Cordão luminoso composto por 700 Leds alto brilho (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 50 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor do emissor de luz branco frio.	Unidade	40	0	10	0	12	62
20	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 200 led's fixos, tamanho 3mx2m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	10	0	10	5	0	25
21	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 200 led's fixos, tamanho 3mx2m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	10	0	10	0	0	20
22	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 500 led's fixos, tamanho 3m X 2,5m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	10	0	10	0	5	25
23	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 500 led's fixos, tamanho 3m X 2,5m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	0	0	10	0	0	10
24	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 700 led's fixos, tamanho 4m (L) x 3m (A), Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	8	0	10	5	0	23
25	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 700 led's fixos, tamanho 4m (L) x 3m (A), Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	5	0	6	0	0	11
26	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 96 led's fixos, Tamanho 3,5x0,30m + 0,75m cabo de força, Potência: 10W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	15	0	5	30	0	50
27	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 96 led's fixos, Tamanho 3,5x0,30m + 0,75m cabo de força, Potência: 10W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	0	0	10	0	0	10
28	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: branco frio, potência: 8W,	Unidade	10	0	5	10	10	35

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.							
29	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: branco quente, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	0	0	5	0	10	15
30	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: rosa pink, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	30	0	5	0	0	35
31	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: vermelho, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	20	0	5	0	0	25
32	• Fio de Fada (rosa pink) Espaçamento de 10cm entre cada led.(100/220V-bivolt) • Cor rosa • Tipo de alimentação: pilha • Tamanho do fio: 10 metros (100 led's) • Material: Fio de Cobre flexível (Prata Revestido) • Luz fixa • À prova d'água • potência mínima de 7 watts uso externo e interno proteção IP65	Unidade	15	0	20	0	0	35
33	• Fio de Fada, Espaçamento de 10cm entre cada led.(100/220V-bivolt) • Cor branco quente • Tipo de alimentação: pilha • Tamanho do fio: 10 metros (100 led's) • Material: Fio de Cobre flexível (Prata Revestido) • Luz fixa • À prova d'água • potência mínima de 7 watts • uso externo e interno proteção IP65	Unidade	15	0	20	20	0	55
34	Mangueira led luminosa 110/220V-bivolt, Cor: branco frio, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts de mangueira luminosa incandescente, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	30	15	8	2	0	55
35	Mangueira luminosa led 110/220V- bivolt, cor: amarelo, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: no mínimo 30, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	30	15	8	12	0	65

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

36	Mangueira luminosa led 110/220V- bivolt, cor: branco quente, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: no mínimo 30, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	30	0	10	0	0	40
37	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: azul, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	40	15	10	0	0	65
38	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: rosa pink, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	30	15	8	0	0	53
39	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: verde, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	30	0	9	0	0	39
40	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: vermelho, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	35	0	9	0	0	44
41	Refletor Led 200W, bivolt, luz na cor azul, Fluxo luminoso: 13000 lúmens, Ângulo de feixe, Temperatura de trabalho: (-30°C a 50°C), luminária: 120°, Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz; Fator potência: >0.80 super SMD, grau de proteção: IP66 (à prova d'água), peso: 2762g; Vida útil: 40.000 horas Dimensão :28,4x23,2x15cm. vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	20	0	20	0	0	40
42	• Refletor Led 200W, luz na cor rosa pink, • Fluxo luminoso: 13000 lúmens, Ângulo de feixe, • Temperatura de trabalho: (-30°C a 50°C), luminária: 120°, • Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz;	Unidade	30	0	15	0	0	45

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	• Fator potência: >0.80 super SMD, grau de proteção: IP66 (à prova d'água), • peso: 2762g; • Vida útil: 40.000 horas Dimensão :28,4x23,2x15cm. vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.							
43	• Refletor Led 200W, luz na cor verde (Equivalente a 1500W de lâmpada halogênea) À prova d'água, 25.000LM tamanho da lâmpada: 38,5x28,5x4cm; Fonte de luz: LED (216 peças) • Lúmens:16000 lm- 77,5 lm/W; • Vida Útil 30.000h, Tipo de LED: LED SMD • Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz; 200W • Proteção contra surtos: 3,5 Kv • Ângulo de feixe luminária: 120° • Temperatura de trabalho: (-30°C a 50°C) • Material da caixa: Alumínio + vidro temperado, Temperatura de Cor (CCT): 6000K • Nível IP: IP66 • Altura de montagem: 4-6m • Uso: Exterior Dimensões: 230x180x25mm, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	20	0	10	12	0	42
44	Refletor Led 50W, luz na cor rosa pink, bivolt, Formato Retangular, IP- 67, 50/60Hz, 4000 LM, corpo em alumínio com vidro com proteção IK- 08, abertura do feixe luminoso 120° Temperatura da cor 6500 Kelvin, vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	100	0	10	0	0	110
45	Varal de Luzes cor branco frio, 100 metros com 100 soquetes, lâmpadas já inclusas, Voltagem: 110/220V, cabo paralelo 2x1,5mm totalmente isolado, para ligações externas, capacidade de Watts: 1500W, espaçamento entre lâmpadas de 1 m. Lâmpada bolinha incandescente 15W	Unidade	10	0	5	0	0	15
46	Varal de Luzes cor branco quente, 100 metros com 100 soquetes, lâmpadas já inclusas, Voltagem: 110/220V, cabo paralelo 2x1,5mm totalmente isolado, para ligações externas, capacidade de Watts: 1500W, espaçamento entre lâmpadas de 1 m. Lâmpada bolinha incandescente 15W	Unidade	30	0	5	0	0	35

1.3.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e/ou entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.4. O registro a que se refere o subitem 1.3 é composto pela unidade de contratação (*unidade de medida*), sem a indicação do total a ser eventualmente adquirido, conforme autoriza o inciso III do §3º do art. 82 da Lei 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

1.4.1. Nas eventuais contratações decorrentes da ata de registro de preço, o quantitativo a ser adquirido ficará limitado ao valor máximo da despesa fixado na pesquisa de preço de que trata o item 08 deste Termo de Referência.

1.5. Não será permitido ao licitante:

- a) Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no subitem 1.2 deste Termo de Referência (proposta parcial);
- b) Preços diferentes para o mesmo item a ser licitado.

1.6. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto Municipal nº 4971 de 22 de novembro de 2023, não se caracterizando como bem de luxo.

1.7. Utilização do catálogo de padronização:

1.7.1. O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

1.8. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço e dos Contratos dela decorrentes:

1.8.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços a ser formalizada será de 1 (um) ano, contados da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado, por igual período, observado as regras previstas na Ata de Registro de Preço.

1.8.2. No prazo de validade da ata de registro de preço, o órgão ou entidade indicado no subitem 1.3, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta, conforme preceitua o inciso VIII do art. 82 da Lei 14.133, de 2021.

1.8.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 1.7), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei 14.133, de 2021.

2. DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição tem por finalidade valorizar o espírito natalino de nossa cidade, promover um aspecto de beleza e harmonia nesta data, a Prefeitura tem desenvolvido o projeto de iluminação decorativa todos os anos, ambientando os espaços públicos urbanos para que as famílias possam contemplar a tradicional decoração de Natal, além de enaltecer a beleza da cidade e tornar pontos atrativos para a população.

O projeto intitulado “Natal para todos”, que acontecerá nos dias 30 de novembro de 2024 a 08 de janeiro de 2025, contará com a cidade do natal no Centro de Eventos Ramez Tebet, além da iluminação do Paço Municipal, gabinete compartilhado, incluindo coqueiros e abrangendo toda a parte externa, Parque Ecológico Viliboldo Rodrigues Barbosa, Praça Central, Avenidas José Ferreira da Costa e Sebastião Paes Ananias, Av. J, Av. Vereador Kendi Nakai, Sede da Secretaria de Saúde e seus demais órgãos, Sede da Secretaria de Assistência Social e seus demais órgãos, Sede da Secretaria de Educação, Sede da Secretaria de Turismo e o Centro Histórico Cultural Professor Nelson Silva Soares, tendo em vista que alguns produtos são sensíveis e acabam danificando com facilidade, não sendo possível o armazenamento de um ano para o outro.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

No projeto “Natal para todos” estão programadas várias atrações como a casa do papai Noel, parque de diversões, praça de alimentação e apresentações natalinas. O evento marca o início das festividades do encerramento de ano, a noite conta com a presença de moradores e de pessoas da região para contemplar os enfeites natalinos e toda a programação de natal.

Visto que os itens de iluminação ficam expostos a intemperes e por isso acontece a depreciação dos mesmos, bem como este ano serão decorados novos espaços públicos, tal aquisição se justifica para substituição de alguns itens de iluminação queimados bem como para iluminação dos novos espaços e secretarias municipais.

Sugerimos a realização de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sistema de registro de preços, observando ainda que sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores. Considerando a grande demanda de utilização dos produtos e ao mesmo tempo a necessidade de controle e racionalização do gasto público haja vista que a contratação agora solicitada enquadra-se no artigo Art. 29. Da lei 14.133/21 o pregão segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, levando ainda em consideração que as Secretarias Municipais não estão obrigadas a adquirir o total dos quantitativos dispostos neste Estudo, devendo adquirir os produtos de acordo com as suas necessidades, optou-se pela utilização da modalidade de Registro de Preços justificando-se pelo fato da mesma possuir uma vigência de 1 (um) ano, podendo ainda ser prorrogada por igual período quando comprovada o preço vantajoso para a Administração Pública nos termos da lei 14.133/21 que em seu Art. 83 diz:

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Sendo a aquisição processada através de Sistema de Registro de preço – SRP, que nada mais é do que o “conjunto procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição de bens, para contratações futuras”, conforme preceitua a lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

A escolha do Sistema de Registro de Preços tem por objetivo a aquisição de futura e eventual aquisição de enfeites natalinos para a decoração e iluminação do natal de 2024 para atender as necessidades das Secretarias Municipais. Conforme a lei 14.133/21 em seu inciso XLVI:

Ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

A lei 14.133/21 no inciso XLI diz que:

Pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Os materiais a serem licitados através de Pregão Eletrônico, possuem características que permitem enquadrá-los no conceito de “comum”, uma vez que seus padrões de desempenho, produtividade e qualidade podem ser objetivamente definidos em Edital, por meio de especificações usuais de mercado. Para a coleta de preços foi realizado levantamento de mercado com empresas do ramo e banco de preços que puderam atender as especificações do objeto da contratação pretendida neste estudo, visando adquirir produtos de qualidade com o melhor preço que atenderá as necessidades da Administração Municipal e de todas as secretarias do município.

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução pretendida tem como objetivo contratação de empresa do ramo de hotelaria para atender as Secretarias Municipais quando houver a necessidade de utilização dos materiais constantes neste termo de referência, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando selecionar a proposta mais vantajosa aos interesses desta Administração Municipal, desta forma, os procedimentos aqui elencados possibilitará a formalização do processo licitatório dando legalidade na utilização dos materiais.

3.5. DA SUSTENTABILIDADE

3.5.1. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo

Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas Adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação ao local apropriado.

Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

3.6. Da subcontratação

3.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.8. Da exigência de garantia da contratação:

3.8.1. Conforme justificado no ETP não haverá necessidade de título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

3.10. Demais requisitos:

3.10.1. A empresa vencedora do processo licitatório deverá estar ciente que a Administração Municipal de Costa Rica MS, preza pela qualidade dos materiais pretendidos nessa contratação, dessa forma a empresa deverá ofertar e realizar todas as entregas solicitadas, considerando que a qualidade dos



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

materiais interfere diretamente no resultado pretendido, desta forma intenciona-se pela aquisição dos materiais de qualidade a fim de evitar gastos desnecessários com resserviços futuros.

3.10.2. O proponente deverá apresentar na data do certame, junto com documentos de habilitação declaração de que dispõe no mínimo dos seguintes itens para a entrega dos materiais propostos:

- Veículo adequado para transporte dos materiais;

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preço

4.1.1. A contratação com o detentor da ata será formalizada pelo órgão ou entidade participante, observado o disposto neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço.

4.2. Condições de entrega

4.2.1 Cada entrega deverá ser executada mediante o instrumento de solicitação por escrito, formalizado pela contratante, através da Autorização de Compra, na forma e prazo especificado no item 4.2.2 do presente Termo de Referência.

4.2.2. Os materiais serão entregues parceladamente, durante a vigência contratual, sendo solicitados conforme a necessidade das secretarias, autorização de compra.

As penalidades e sanções aos fornecedores devem ser aplicadas apenas após o prazo de entrega, e se, houver, informações e justificativa do fornecedor para aceitabilidade de prazo diferente, deve ser analisado pelo fiscal de contrato do processo licitatório.

No ato do recebimento da mercadoria caso seja constatado divergência entre a especificação do objeto licitado e o entregue, o fiscal de contrato poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou aplicando as penalidades cabíveis.

A contratada deverá entregar os produtos de forma integral da quantidade que constar em cada requisição, durante a vigência contratual, no prazo máximo de **10 (DEZ) dias corridos**, após recebimento da requisição/solicitação das Secretarias, garantindo contra quaisquer defeitos de fabricação, de embalagem, de transporte e descarga nos locais de entrega, devendo a fornecedora substituir, por sua conta e nos prazos fixados pelo órgão contratante, os produtos que forem considerados inadequados às especificações, bem como os que forem recusados por defeitos ou apresentarem avarias que comprometam o seu uso adequado, inclusive, ficando por conta da empresa contratada todos os custos com a entrega, frete, taxas e demais custas visando a execução contratual.

4.2. Local(is) de entrega/execução e horário(s) de atendimento:

Será informado nas Autorizações de Compra os locais onde serão entregues os materiais, podendo ser dentro da Área, do município com veículo próprio, conforme a necessidade da Contratante.

Deslocamento: A Contratante não irá assumir custos de deslocamento do veículo, ficando custos diretos e indiretos, embalagem, seguro, transporte, carga e descarga, inclusive frete se houver;

POSSÍVEIS LOCAIS ONDE SERÃO ENTREGUE OS MATERIAIS:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Secretaria Municipal de Assistência Social - Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 272 – Centro.

Casa Lar Sta. Terezinha - Rua Martins Lázaro de Andrade, nº 107 - Residencial Figueira.

Casa Lar – Rua Avelina Paes Ananias, nº 428 – Centro.

Conselho Tutelar - Rua Ary Platero Lar, nº 320 - Bairro Che Ro Gami.

CRAS - Centro De Referência De Assistência Social - Rua José Pereira da Silva, nº 603 – Centro.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Centro De Convivência Do Idoso - Rua João Raimundo Justino, nº 396-
Sonho Meu II.

CREAS - Centro De Referência Especializado De Assistência Social - Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228 - Pátio Prefeitura Municipal - Centro.

Oficina das Oportunidades – Rua João Bispo de Carvalho, nº 849 – Parque Industrial.

Rica Trama – José Inácio Rodrigues, nº 227 – Jardim Afonso.

SECRETARIA DE SAÚDE:

Secretária Municipal de Saúde: Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 272 – Centro.

CEM: Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 1337 – Centro.

CAPS: Rua Iza Carvalho de Souza, nº 477 – Ramez Tebet.

ESF Vale do Amanhecer: Rua J, nº 171 – Vale do Amanhecer.

ESF Sonho Meu III: Rua Gabriel Rodrigues da Silva, nº 251 – Sonho Meu III.

ESF Vila Nunes: Rua Sebastião Messias de Paula, nº 1020 – Vila Nunes.

ESF Central: Rua Josina Garcia de Melo, nº 1074 – Central.

ESF São Francisco: Rua Lauristides Martins Carrijo, nº 349 – São Francisco.

Vigilância Sanitária: Rua Josina Garcia de Melo, nº 261 – Centro.

Controle de Vetores: Rua Josina Garcia de Melo, nº 205 – Centro.

Centro de Reabilitação Juliano da Silva Carvalho – Ambrosina Paes Coelho nº 1373 – Centro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

Paço Municipal: Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro.

Terminal Rodoviário Domingos Augusto Coelho: Avenida Vereador Kendy Nakai.

Aeroporto Municipal – Rodovia MS-135.

Procon – Rua José Pereira da Silva, nº 331 – Bairro Santos Dumont.

ECOPONTO – Avenida Sebastião Paes Ananias, nº 533

RELAÇÃO DE PRAÇAS MUNICIPAIS

JARDIM BUENOS AIRES - Q-15 L-12 Praça “Moacir Rodrigues” – Rua Iclório Paes.

RES. SONHO MEU VI - Q-09 L-01 Praça “José Eugênio Filho” – Rua Anísio Pereira de Oliveira.

VILA SÃO FRANCISCO – Q-06 L-01 Praça “Antônia Esmelina Martins” – Rua 11 de Outubro.

CENTRO – Q-PRAÇA L-E e D Praça “Manoel Romualdo Gonçalves” – Av. José Ferreira da Costa.

VILA NUNES – Q-11 L-01 Praça “Joaquim Nunes” – Rua Sebastião Messias de Paula.

JD. SUCURIÚ Q-08 L-01 Praça “Jardim Sucuriú” – Rua Sebastião Messias de Paula.

RES. FLAMBOYANT Q-A Praça “Arindo Oliveira Silva” – Rua dos Colibris.

RES. SONHO MEU IV Q-18 Praça “Maria da Luz Ferreira” – Rua Sergipe.

RES. SONHO MEU IV Q-01 Praça “Recanto de Ginástica Alice Garcia de Moraes” – Avenida Pantanal.

RES. FLOR DO CERRADO Q-27 Praça sem nome – Rua Américo Francisco dos Santos.

JD. DOS PÁSSAROS Q-06 Praça sem nome “Pista de Atletismo” – Rua Papagaio.

JD. CHE-ROGA-MI Q-05 L-07 ao 12 Praça “Luziano Garcia Ferreira” – Rua J.

RES. SONHO MEU III Q-07 Praça “Cláudia Beatriz Gomes Carvalho de Oliveira” – Rua Josina Garcia de Melo.

JD. NOVO HORIZONTE Q-15 Praça “Angelina Gonçalves Martins” – Av. João Correa Neto.

CENTRO – Q-PARQUE Parque Ecológico “Vilibaldo Rodrigues Barbosa” – Rua José Antônio Dias.

Parque Ecológico Vilibaldo Rodrigues Barbosa: Jose Antônio Dias, centro.

SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA:

Secretaria de turismo, meio ambiente, esporte e cultura: Av. Joao de Barro, Jardim Bela Vista, nº 209.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Ginásio de esportes Luiz Carlos Yamashita de Souza: Rua Senhorinha Cândida Rodrigues S/N, Bairro São Francisco.

Centro de Treinamento Júlio Maia: Rua dois de abril, S/N, Bairro São Francisco.

Estádio Municipal Laerte Paes Coelho: Rua Joao Bispo de Carvalho, nº 1161 - Vila Alvorada.

Parque de Exposição Laerte Paes Coelho: Rua Jose A. Dias, jardim Buenos Aires.

Centro Histórico Cultural Professor Nelson Silva Soares: Rua Ambrosina Paes Coelho- nº 2760 - Vila Santana.

Centro de Eventos Ramez Tebet: Ambrosina Paes Coelho, nº 2850, Bairro Vila Santana.

Parque Ecológico Vilibaldo Rodrigues Barbosa: Jose Antônio Dias, centro.

Campo Sintético Blener Marçal Paes: Rua Espirito Santo, nº 146 - Sonho meu 4.

Campo de Futebol Residencial Cachoeira: Rua Ribeirão de Baixo esquina com a Rua Capão, na quadra 20 no Residencial Cachoeira.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Secretaria Municipal de Educação: Rua: José Pereira da Silva, nº 650, Bairro: Centro.

Garagem de Ônibus na Oficina: Rua Ozório Lemos da Silva, nº 500, Jardim Morada do Sol.

CEI. Sonho Meu: Rua: Lauristides Martins Carrijo, nº 333, Bairro: Jardim São Francisco.

EM. Francisco Martins Carrijo: Rua: Francisco Martins Carrijo, nº 316, Bairro: Vila São Francisco.

CEI. Ilidia Lacerda de Almeida: Rua: domingos Augusto Coelho, nº 170 Bairro: Santos Dumont.

EM. Cívico Militar Prof. Adenocre Alexandre de Moraes: Rua: José Calazans da Silva, nº 172, Bairro: Centro.

CEI. Ambrosina Paes Coelho: Rua: Laerte Souza da Costa nº 190, Bairro: Centro.

CEI. Davina Correia de Oliveira: Rua: Isméria Borges Nunes, nº 605, Bairro: Vila Nunes.

EM. Joaquim Faustino Rosa: Rua: Tercio Teixeira Machado, nº 1161, Bairro: Centro.

CEI. Sonho de Ninar: Rua: Adonel Dias Costa, nº 228, Bairro: Vale do Amanhecer.

EM. Vale do Amanhecer: Rua: Adonel Dias da Costa, nº 252, Bairro: Vale do Amanhecer.

CEI. Sonho da Vovó: Rua: Maria Rosa de Jesus, nº 315, Bairro: Jardim Imbirussú.

EM. Fabio Rodrigues Barbosa: Rua: Rua José Brulino de Souza nº 206, Bairro: Jardim Imbirussú.

4.3. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

4.3.1. Os materiais serão solicitados sempre que se fizerem necessários, de forma parcelada, conforme a necessidade de utilização e conforme programação das unidades.

4.3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

4.3.3. A contratada obriga-se a entregar o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a correção, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.3.4. Todas as despesas relativas à execução dos objetos licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato, serão por conta exclusiva da contratada.

4.4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO MATERIAL:

4.4.1. As regras para os recebimentos provisório e definitivo estão contidas no Plano Básico de Fiscalização – PBF, devidamente publicado no sítio eletrônico podendo ser encontrado no link abaixo:

Decreto nº 4926, de 06 de junho de 2023.

PBF: https://www.costarica.ms.gov.br/arquivos/plano_de_fiscalizaCAo_do_municipio_de_costa_rica-ms_14094038.pdf

4.3.2. Conforme os normativos mencionados no item anterior, os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias do recebimento do documento fiscal respectivo, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante a formalização de modelo



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

padronizado de recebimento e verificação de conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.2.1. Materiais de até $\frac{1}{4}$ do valor de pequena despesa ou de objetos sem complexidade, de baixo valor e de fácil conferência de quantidade e qualidade, poderão ser recebidos mediante o ateste no verso do documento fiscal respectivo.

4.3.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, devendo ser corrigidos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

4.3.4 Os materiais serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo padronizado no prazo de 4 (quatro) horas, contados do recebimento provisório.

4.3.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.3.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.3.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.4. DA FORMA DE GARANTIA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

4.4.1. O prazo de garantia a ser atendido é o constante do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990.

4.4.2. A empresa deverá garantir a qualidade dos produtos ofertados, sob pena de sofrer as sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações bem como legislações correlatas.

5. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de execução, este será anexo do contrato e deverá ser observado no processo de fiscalização.

5.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

- a) número da Ata de Registro de Preço
- b) número do empenho
- c) número do processo
- d) número da licitação/modalidade
- e) descrição do material
- f) Marca do produto
- g) valor unitário, valor total
- h) informações de acordo com artigo 126 da Instrução Normativa RFB N.º 2110/2022, quando tratar de prestação de serviços
- i) demais informações ou retenções pertinentes da contratação

5.3. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pela Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

5.4.1. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.4.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

5.4.3. Persistindo a irregularidade, a contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

5.5. A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

5.6. DO PAGAMENTO:

5.6.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado de acordo com o calendário de empenhos do Município, **conforme o recebimento definitivo do produto**, obedecendo todas as exigências e especificações deste termo de referência, devendo a Contratada emitir a respectiva nota fiscal que, devidamente comprovada e atestada pela Secretaria usuária, deverá ser paga após a liberação da respectiva Nota fiscal

5.6.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

5.6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6.4 Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.6.6. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

5.6.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

5.6.8. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

5.6.9. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

5.6.10. não produziu os resultados acordados ou deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

5.6.11. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

6. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano Básico de



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Fiscalização, inserindo as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

6.3. O Plano Básico de Fiscalização – PBF, consta transcrito integralmente do ETP e se este foi dispensado na presente contratação, os interessados poderão consultar o endereço eletrônico abaixo para acesso às disposições do processo de fiscalização (equipe de fiscalização, forma de recebimentos provisório/definitivo, notificação, dentre outros), não podendo o contratado alegar desconhecimento do PBF, constando o instrumento publicado no sítio oficial do município, [https://www.costarica.ms.gov.br/arquivos/plano de fiscalizaCAo do municipio de costa rica-ms_14094038.pdf](https://www.costarica.ms.gov.br/arquivos/plano%20de%20fiscalizaCAo%20do%20municipio%20de%20costa%20rica-ms_14094038.pdf).

6.4. Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato eletrônico, sendo que a comunicação entre a equipe de fiscalização e o preposto se dará principalmente por via de e-mail informados no contrato, sendo de responsabilidade da contratada manter o endereço eletrônico atualizado.

6.5. Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão do item “Do Gerenciamento de Riscos” no relatório do ETP, e na Ata de RP.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A licitação será dividida em itens facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

7.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de menor preço por item.

7.2. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Conforme estudo técnico preliminar, além dos documentos gerais a constarem do Edital **foram** identificados documentos de habilitação específicos para o objeto.

7.2.1. Dos documentos específicos para a contratação, Para a melhor execução do objeto solicita-se os documentos abaixo:

Autorização de Funcionamento expedido pelo Município sede do contratado; ou

Comprovante de inscrição municipal (ficha cadastral) expedido pelo Município sede do contratado;

8.DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da contratação é **R\$ 520.593,50 (quinhentos e vinte mil e quinhentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)**, conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, que foi apurado pelo em pesquisa de mercado.

9. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1 Os preços poderão ser revistos a qualquer tempo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.1.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração reestabelecerá o equilíbrio econômico-financeiro inicial concomitantemente à alteração.

9.1.3. A Administração analisará o pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, acompanhado dos devidos cálculos, notas fiscais anteriores, tabelas de preços oficiais e demais documentos comprobatórios pertinentes.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.1.4. Após a análise do pedido, e desde que, a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos, a Administração reestabelecerá, mediante termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.1.5. Será permitida à Administração a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

9.1.6. A formalização do termo aditivo é condição para a execução pelo contratado das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.1.7. No caso do disposto do subitem 9.1., a alteração unilateral e o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão formalizados no mesmo termo aditivo.

9.1.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 Por se tratar de sistema de registro de preço a dotação orçamentária será informada na formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preço.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, DO CONTRATANTE E CONTRATADO (Detentor da Ata)

11.1. Os direitos e obrigações do órgão gerenciador, do detentor da ata e dos órgãos e entidades participantes são aqueles que estão previstos na Ata de Registro de Preço.

11.2. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e/ou entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, e estão sujeitas as obrigações descritas na respectiva Ata de Registro de Preços.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Cumprir fielmente com as cláusulas contratuais.

12.2. O proponente deverá apresentar na data do certame, junto com documentos de habilitação declaração de que dispõe no mínimo dos seguintes itens para a entrega dos materiais propostos:

12.3.1. Veículo adequado para transporte de equipamentos e materiais;

12.3. A contratada deverá emitir nota fiscal eletrônica no CNPJ que for especificado na autorização de compra, considerando que algumas secretarias tem CNPJ e conta bancária própria e suas despesas deverão ser debitadas de sua conta específica.

12.4. Entregar os materiais nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata;

12.5. Disponibilizar aos órgãos participantes desta Ata os materiais, em perfeitas condições, conforme características e especificações constantes na Proposta de Preços;

12.6. Atender as despesas e encargos de qualquer natureza como o seu pessoal envolvido na entrega, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras;

12.7. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, na qual decorreu o presente ajuste;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

12.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos participantes desta Ata, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto contratado;

12.9. Substituir/sanar em qualquer tempo e sem qualquer ônus para os Órgãos participantes desta Ata toda ou em parte do material devolvido, imediatamente, quando constatadas divergências das especificações, sujeitando às penalidades cabíveis;

12.10. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos materiais já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

12.11. Atender as ordens de fornecimentos emitidas no prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, quando a conclusão de entrega venha ocorrer em data posterior a do seu vencimento.

12.12. Todos os custos relativos a entrega dos materiais, ficará a cargo da Contratada.

12.13. Permitir o acompanhamento da execução e fiscalização da execução contratual

12.14. Substituir o quarto em que se verifiquem danos ou incompatibilidade nas especificações do edital.

12.15. No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, mediante notificação, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

12.2. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

12.3. Emitir a autorização/Ordem de serviço;

12.4. Aplicar as penalidades cabíveis;

12.5. Firmar ou não contratação objeto de registro de preço ou contratar nas quantidades estimadas;

12.6. Proporcionar a empresa fornecedora todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos Materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

12.7. Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos materiais dentro do prazo estabelecido;

12.8. Proceder o acompanhamento e fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive à aplicação das sanções previstas neste edital;

12.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo compromitente fornecedor;

13. DA ADESÃO À ATA POR “NÃO PARTICIPANTES”

13.1. Não será admitida a adesão à Ata de registro de Preço por órgãos e entidades não participantes do procedimento.

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS



Proc. 1.601/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

MUNICÍPIO DE COSTA RICA		
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.601/2024	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024	
TIPO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM	
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:
REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:
RG:	E-mail:	

PROPOSTA:

Itens	Descrição do Produto	Unidade de medida	Valor Unitário	Quantidade e Total	Valor total estimado
1	ABRAÇADEIRA de nylon na cor branca ou transparente de nylon de alta resistência e alta qualidade 150 X 3,6MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	Pacote	R\$	970	R\$
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON na cor branco ou transparente de alta resistência e alta qualidade Resistência à temperatura: mínima de -40°C e máxima de 100°C medindo 380 X 4,8MM. PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	R\$	205	R\$
3	Árvore cerejeira com 2272 Led's warm 284, led's fixo, uso externo, material: estrutura metálica, dimensão de 3m, alimentação: tomada (plug macho/fêmea), cor dos leds: Branco quente.	Unidade	R\$	4	R\$
4	• Bastão de Led Snowfall Led WF 1760 • Cor da iluminação: rosa pink • Voltagem: 85-250 V • Corrente: 0.02 mA • Potência: 2 W • Comprimento do bastão: 60 CM • Comprimento do cabo: 4,20m • Quantidade de bastões: 8 • Espaçamento entre os bastões: 45cm • Plug: macho/fêmea	Unidade	R\$	55	R\$
5	• Bastão de Led Snowfall Led WF 1760 Cor: 3000K • Branco quente • Voltagem: 85-250 V • Corrente: 0.02 mA • Potência: 2 W • Comprimento do bastão: 60 CM • Comprimento do cabo: 4,20m • Quantidade de bastões: 8 • Espaçamento entre os bastões: 45cm • Plug: macho/fêmea	Unidade	R\$	160	R\$
6	Bola vazada com dimensão de 40cm Leds warm, 110/220V- bivolt, IP44, quantidade de luzes: 150, sendo 15 estrobinhos e 135 fixos, Potência: 3.6W, Uso externo, material: plástico,	Unidade	R\$	14	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	alimentação: tomada (plug macho/fêmea), Cor da iluminação: rosa pink.				
7	Bola vazada com dimensão de 40cm Leds warm, 110/220V-bivolt, IP44, quantidade de luzes: 150, sendo 15 estrobilhos e 135 fixos, Potência: 3.6W, Uso externo, material: plástico, alimentação: tomada (plug macho/fêmea), cor: branco quente.	Unidade	R\$	30	R\$
8	Cabo flex paralelo 1 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros na cor AZUL .	Unidade	R\$	5	R\$
9	Cabo flex paralelo 1 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros na cor VERMELHA .	Unidade	R\$	5	R\$
10	Cabo flex paralelo 2 x 1,50mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	R\$	26	R\$
11	Cabo flex paralelo 2 x 2,50mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	R\$	21	R\$
12	Cabo flex paralelo 2 x 4,0mm2 tensão: 300v condutor: cobre isolamento: pvc antichama acondicionamento: rolo com 100 metros	Unidade	R\$	15	R\$
13	Cascata em led, 5 m confeccionadas com 200 led's fixos, 110/220V-bivolt, isolamento dos fios na cor transparente, medindo 4,5m de comprimento. Tomada macho e fêmea. As medidas das caídas deverão ser aproximadamente de: 0,40m, 0,50m, e 0,60m provocando um efeito assimétrico. Uso para áreas externas e internas. Cor dos leds branco quente.	Unidade	R\$	41	R\$
14	Cascata em led, 5 m confeccionadas com 200 led's fixos, 110/220V-bivolt, isolamento dos fios na cor transparente, medindo 4,5m de comprimento. Tomada macho e fêmea. As medidas das caídas deverão ser aproximadamente de: 0,40m, 0,50m, e 0,60m provocando um efeito assimétrico. Uso para áreas externas e internas. Cor dos leds branco frio.	Unidade	R\$	38	R\$
15	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds rosa pink	Unidade	R\$	40	R\$
16	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds branco quente.	Unidade	R\$	50	R\$
17	Cordão luminoso composto por 100 Leds (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 10 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor dos leds branco frio.	Unidade	R\$	75	R\$
18	Cordão luminoso composto por 700 Leds alto brilho (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 50 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor do emissor de luz branco quente.	Unidade	R\$	40	R\$
19	Cordão luminoso composto por 700 Leds alto brilho (110/220V-bivolt) para uso externo, isolamento dos fios na cor transparente, leds estáticos, tomada macho e fêmea, fiação de cobre, isolamento dos fios na cor transparente, diâmetro do fio 1,6 mm (mínimo). Extensão de 50 metros e 0,75m de cabo de força, potência mínima de 7 watts. Cor do emissor de luz branco frio.	Unidade	R\$	62	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

20	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 200 led's fixos, tamanho 3mx2m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	R\$	25	R\$
21	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 200 led's fixos, tamanho 3mx2m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	R\$	20	R\$
22	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 500 led's fixos, tamanho 3m X 2,5m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	R\$	25	R\$ 3
23	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 500 led's fixos, tamanho 3m X 2,5m, Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	R\$	10	R\$
24	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 700 led's fixos, tamanho 4m (L) x 3m (A), Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	R\$	23	R\$
25	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 700 led's fixos, tamanho 4m (L) x 3m (A), Potência: 15W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	R\$	11	R\$
26	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 96 led's fixos, Tamanho 3,5x0,30m + 0,75m cabo de força, Potência: 10W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco frio.	Unidade	R\$	50	R\$
27	Cortina Luminosa em led, confeccionadas com 96 led's fixos, Tamanho 3,5x0,30m + 0,75m cabo de força, Potência: 10W (110/220V). Isolação dos fios na cor transparente. Tomadas macho e fêmea. Uso para áreas externas e internas, cor dos leds no branco quente.	Unidade	R\$	10	R\$
28	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: branco frio, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	R\$	35	R\$
29	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: branco quente, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	R\$	15	R\$
30	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: rosa pink, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	R\$	35	R\$
31	Estrela de Natal Neon IP44, cor da iluminação: vermelho, potência: 8W, voltagem: 110/220V, isolamento dos fios na cor transparente, uso interno e externo, tamanho: 33x30x2cm.	Unidade	R\$	25	R\$
32	• Fio de Fada (rosa pink) Espaçamento de 10cm entre cada led.(100/220V-bivolt) • Cor rosa • Tipo de alimentação: pilha • Tamanho do fio: 10 metros (100 led's) • Material: Fio de Cobre flexível (Prata Revestido) • Luz fixa • À prova d'água • potência mínima de 7 watts • uso externo e interno • proteção IP65	Unidade	R\$	35	R\$
33	• Fio de Fada, Espaçamento de 10cm entre cada led.(100/220V-bivolt) • Cor branco quente • Tipo de alimentação: pilha • Tamanho do fio: 10 metros (100 led's) • Material: Fio de Cobre flexível (Prata Revestido)	Unidade	R\$	55	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	• Luz fixa • À prova d'água • potência mínima de 7 watts • uso externo e interno • proteção IP65				
34	Mangueira led luminosa 110/220V-bivolt, Cor: branco frio, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts de mangueira luminosa incandescente, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$	55	R\$
35	Mangueira luminosa led 110/220V- bivolt, cor: amarelo, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: no mínimo 30, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$	65	R\$
36	Mangueira luminosa led 110/220V- bivolt, cor: branco quente, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: no mínimo 30, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$	40	R\$
37	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: azul, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$	65	R\$
38	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: rosa pink, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$	53	R\$
39	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: verde, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$	39	R\$
40	Mangueira luminosa led 110/220V-bivolt, cor: vermelho, dimensão: 13mm de diâmetro, quantidade de led por metro: 36, consumo de aproximadamente 3 Watts por led, tipo do led: 3mm, temperatura de funcionamento: -20 ° a 45°, rolo com 100 mts, marca de corte a cada 1 ou 2 metros, circular, com 5 engate de ligação blindado, ideal para todo tipo de decoração.	Unidade	R\$	44	R\$
41	Refletor Led 200W, bivolt, luz na cor azul, Fluxo luminoso: 13000 lúmens, Ângulo de feixe, Temperatura de trabalho: (-30°C a 50°C), luminária: 120°, Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz; Fator potência: >0.80 super SMD, grau de proteção: IP66 (à prova d'água), peso: 2762g; Vida útil: 40.000 horas Dimensão :28,4x23,2x15cm. vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	R\$	40	R\$
42	• Refletor Led 200W, luz na cor rosa pink, • Fluxo luminoso: 13000 lúmens, Ângulo de feixe, • Temperatura de trabalho: (-30°C a 50°C), luminária: 120°, • Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz; • Fator potência: >0.80 super SMD, grau de proteção: IP66 (à prova d'água),	Unidade	R\$	45	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	• peso: 2762g; • Vida útil: 40.000 horas • Dimensão :28,4x23,2x15cm. vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.				
43	• Refletor Led 200W, luz na cor verde (Equivalente a 1500W de lâmpada halógena) À prova d'água, 25.000LM tamanho da lâmpada: 38,5x28,5x4cm; Fonte de luz: LED (216 peças) • Lúmens:16000 lm- 77,5 lm/W; • Vida Útil 30.000h, Tipo de LED: LED SMD • Alimentação: 165-265V~; 50-60Hz; 200W • Proteção contra surtos: 3,5 Kv • Ângulo de feixe luminária: 120° • Temperatura de trabalho: (-30°C a 50°C) • Material da caixa: Alumínio + vidro temperado, Temperatura de Cor (CCT): 6000K • Nível IP: IP66 • Altura de montagem: 4-6m • Uso: Exterior • Dimensões: 230x180x25mm, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	R\$	42	R\$
44	Refletor Led 50W, luz na cor rosa pink, bivolt, Formato Retangular, IP- 67, 50/60Hz, 4000 LM, corpo em alumínio com vidro com proteção IK- 08, abertura do fecho luminoso 120° Temperatura da cor 6500 Kelvin, vida útil de 30.000 horas, garantia mínima de 5 anos de fábrica. Certificada pelo INMETRO.	Unidade	R\$	110	R\$
45	Varal de Luzes cor branco frio, 100 metros com 100 soquetes, lâmpadas já inclusas, Voltagem: 110/220V, cabo paralelo 2x1,5mm totalmente isolado, para ligações externas, capacidade de Watts: 1500W, espaçamento entre lâmpadas de 1 m. Lâmpada bolinha incandescente 15W	Unidade	R\$	15	R\$
46	Varal de Luzes cor branco quente, 100 metros com 100 soquetes, lâmpadas já inclusas, Voltagem: 110/220V, cabo paralelo 2x1,5mm totalmente isolado, para ligações externas, capacidade de Watts: 1500W, espaçamento entre lâmpadas de 1 m. Lâmpada bolinha incandescente 15W	Unidade	R\$	35	R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ (valor por extenso)

O prazo de validade da proposta é de ____ (____) dias.

Nome do banco indicado para o pagamento: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____.

Prazo de entrega: ____ (____) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas no Edital e seus anexos, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.



Proc. 1.601/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Local _ _ _ _ de _____ de 2024.

Representante Legal

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

(apenas para conhecimento, a empresa não precisa preencher)

ANEXO III**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº/20.....****REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 – PROCESSO Nº 1.601/2024**

Pelo presente instrumento, de um lado, **MUNICÍPIO DE COSTA RICA** - CNPJ n. 15.389.596/0001-30, com sede à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro, em Costa Rica/MS, ordenador de Despesas: **Cleverson Alves dos Santos**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade com RG n. 1876103 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n. 648.171.485-00, residente e domiciliado à Rua Francisco Augusto Mesquita Filho, nº 365, Jardim Eldorado, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, RECEITA E CONTROLE**: Ordenador de Despesas: **Paulo César Gabaron Vargas**, Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Receita e Controle), brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com RG n. 479.928 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n. 447.571.071-53, residente e domiciliada à Rua João Rodrigues de Oliveira, nº 498, Ramez Tebet, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n. 13.996.218/0001-90; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**: Ordenador de Despesas: **Daniel Rayckson Lemos Santos**, Secretário Municipal de Saúde, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade RG nº 1.361.561 SEJUSP-MS e CPF nº 025.107.641-52, residente e domiciliado na Residente e domiciliado na Rua Ceará Nº602, Sonho Meu III, na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**, CNPJ n. 20.088.278/0001-70; **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n. 15.404.969/0001-03; **FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**, inscrito no CNPJ n. 36.142.469/0001-02; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: Ordenador de Despesas: **Antônio Divino Felix Rodrigues**, Secretário Municipal de Assistência Social, brasileiro, portador da carteira de identidade com RG n. 750047 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 600.776.891-00, residente e domiciliado à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 2014, Vila Santana, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA; E SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA**: Ordenador de Despesas: **João Carlos Candido Rocha**, Secretário Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, brasileiro, portador da carteira de identidade com RG n. 000969546, inscrito no CPF sob o n. 837.988.701-87, residente e domiciliado à Rua Amelia Rodrigues de Menezes, nº 355, Jardim Buenos Aires, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB)**, inscrito no CNPJ n. 30.056.699/0001-72: Ordenadora de Despesas: **Maria Aparecida Francisca de Souza Almeida**, Secretária Municipal de Educação em exercício, brasileira, casada, pedagoga, portadora da carteira de identidade com RG n. 436777 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 421.005.001-63, residente e domiciliada à Avenida José Ferreira da Costa, nº 1902, Bairro Centro, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **DE OUTRO LADO** as empresas abaixo especificadas a empresa _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, o(s) fornecedor(es) abaixo qualificado(s), doravante denominado(s) **DETENTOR DA ATA**, neste ato representado(a) por

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

_____ (nome e função no contratado), portador do RG n. _____ devidamente inscrito no CPF sob o n. _____, com endereço eletrônico _____, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº e em observância às disposições da [Lei 14.133, de 2021](#), e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 53/2024, Processo nº 1.601/2024**, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133, de 2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREPOSTO INDICADO PELA CONTRATADA (se for o caso)

1.1. Nos termos constantes no Anexo VII do edital, *Termo de Nomeação de Preposto*, a detentora da ata mantém a nomeação do preposto indicado e devidamente qualificado no respectivo Termo, para acompanhar a execução do Contrato decorrente desta ARP, ou instrumento equivalente, e demais atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas no respectivo instrumento.

1.2. A contratada se compromete a manter atualizado o Termo de Nomeação de Preposto no respectivo instrumento decorrente desta Ata, mantendo sempre todos os dados atualizados bem como o endereço eletrônico do mesmo, para os fins de eficiente comunicação no processo de fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR será **Secretaria Municipal de** _____

2.2. Este instrumento, formalizado pelo órgão/entidade gerenciador(a) e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos e/OU entidades participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos/Entidades Participantes	Unidade de medida	Quantidade total

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. A presente Ata tem por objeto o **Sistema Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de enfeites natalinos para a decoração e iluminação do natal de 2024, para atender as necessidades para atender a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, Secretarias de Administração e Finanças, Planejamento, Receita e Controle, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação**, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital regente do certame.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as seguintes:

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

Item X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Un

4.1.1. O registro de que trata o subitem 4.1 é composto pela unidade de contratação, sem a indicação do total a ser eventualmente adquirido, conforme autoriza o §3º do art. 82 da Lei 14.133, de 2021.

4.1.2. Nas contratações decorrentes desta ata de registro de preço, o quantitativo a ser eventualmente adquirido ficará limitado ao valor máximo da despesa fixado no Termo de Referência.

4.2. O presente instrumento caracteriza-se como documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 4.1, onde são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas conforme condições definidas no edital e seus anexos, propostas de preços apresentadas e ata do **Pregão Eletrônico nº ____/2024**, que integram este instrumento.

4.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura, ou seja de ____/____/____ até o dia ____/____/____.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas na respectiva ARP.

5.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

5.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO**Revisão de Preço**

6.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta ata, e havendo a oscilação de mercado, poderá adotar uma das medidas previstas abaixo, se for o caso.

6.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

6.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados;

II – promover a negociação com os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, observado o procedimento descrito no subitem 6.6.

6.4.1. Não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 6.6, ou não existindo licitantes que aderiram ao preço do vencedor nem existindo licitantes remanescentes, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

6.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicitar a revisão do preço registrado e comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – proceder às negociações na forma do subitem 6.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante se frustrada a negociação de que trata o inciso I deste item.

6.5.1. Diante da inexistência de licitantes que reduziram ao preço do vencedor ou de licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionadas no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração, por ele, de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

6.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

6.5.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei 14.133, de 2021.

6.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Da negociação para fins de revisão de preço

6.6. As negociações de que tratam os subitens 6.4.1 e 6.5 deverão observar o seguinte procedimento:

6.6.1. O órgão gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, bem como os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

6.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do supracitado item 6.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convoca-los para negociação, sempre na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

7.1. O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, se for comprovado o motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que não haja majoração do preço registrado, e também o novo produto deve possuir, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores.

7.2. A aceitação de que trata o subitem 7.1, poderá ser precedida de parecer técnico, solicitado pelo gerenciador, que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e a aceitação da substituição deverá ser consignada na ARP através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ARP

8.1. O órgão gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

- I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 6.3 e no inciso I do subitem 6.4 desta ARP.
- II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 6.2);
- IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;
- V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133, de 2021.

8.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;
- II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;
- IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;
- V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 8.2, o órgão gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

- I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do respectivo preço registrado;
- II - proceder às negociações com os licitantes que reduziram seus preços ao valor do vencedor, e também



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

com os licitantes remanescentes na forma do subitem 6.6.

8.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 8.1 e dos incisos IV e V do subitem 8.2 deste instrumento, o órgão gerenciador deverá motivar a sua decisão no processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e também dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

9.1.1. Publicar o extrato da ARP na imprensa oficial do Município, com a indicação do número da respectiva licitação, do objeto e endereço eletrônico onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

9.1.2. Publicar nos mesmos moldes delineados no subitem 9.1.1 eventuais alterações que possam ocorrer na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca e/ou modelo, quantitativos dos itens ou de seus preços.

9.1.3. Divulgar, mediante publicação no portal do município e no PNCP, o preço registrado, com indicação dos fornecedores, e essa informação deverá ficar disponível durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.1.4. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

9.1.4.1. Emitir a autorização de compra;

9.1.4.2. Indicar para os Órgãos e/ou Entidades Participantes da ARP, os fornecedores e seus respectivos saldos dos itens, visando subsidiar os pedidos de compras.

9.1.4.3. Proceder atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado, nos termos previstos na Cláusula Sexta.

9.1.4.5. Se necessário, promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos e/ou entidades participantes.

9.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133, de 2021.

9.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, nos termos da Cláusula Sétima;

9.1.4.8. Receber a “*solicitação de adesão*” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos e as entidades não participantes, por meio do “*termo de adesão*”.

9.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, quando houver situações previstas na Cláusula Oitava desta Ata.

9.1.6. Emitir decisão de forma explícita, sobre todas as solicitações e reclamações elaboradas pelos detentores da Ata de RP, que forem relacionadas ao gerenciamento da ata, com exceção dos requerimentos que forem manifestamente impertinentes ou meramente protelatórios.

9.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 9.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de até 30(*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período. (art. 123 da Lei)



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.2. São obrigações dos ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES da ata:

9.2.1. Solicitar o uso da ARP ao órgão gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida a ordem de classificação.

9.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

9.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa, correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

9.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

9.2.5. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de RP, ou do descumprimento das obrigações contratuais, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.2.6. Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no Edital.

9.2.7. Não participar em mais de uma ata de registro de preços, que tenha o mesmo objeto, no prazo de validade desta ARP, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei 14.133, de 2021).

9.2.8. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor da ata de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

9.3. São obrigações do DETENTOR DA ARP (fornecedor):

9.3.1. Manter, durante a vigência do RP, todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3.2. Responder as solicitações, pedidos e/ou informações, feitas pelo Órgão Gerenciador e Órgãos e/ou Entidades participantes.

9.3.3. Na hipótese do preço do mercado tornar-se superior aos preços registrados na ARP, **comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento** realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

9.3.3. No caso de solicitação de revisão de preço, deverá comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados.

9.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente do registrado na ARP, conforme disposto na cláusula sétima deste instrumento, deverá comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores ao registrado, não podendo haver majoração do preço registrado.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.3.5. Caso solicite o cancelamento do item registrado, deverá comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

9.3.6. Todos os produtos deverão ser de boa qualidade, podendo a contratante recusar o caso esteja divergente com descrito no edital.

9.3.7. Entregar os materiais nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata;

9.3.8. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega dos materiais, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes do edital;

9.3.9. Atender as despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal envolvido na entrega dos materiais, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras;

9.3.10. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, na qual decorreu o presente ajuste;

9.3.11. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos Órgãos participantes desta Ata, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto contratado;

9.3.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para os Órgãos participantes desta Ata toda ou em parte da remessa devolvida, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, quando constatadas divergências das especificações, sujeitando às penalidades cabíveis;

9.3.13. Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos relacionados ou não com a prestação dos produtos desta Ata;

9.3.14. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos Materiais já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

9.3.15. Atender as ordens de fornecimentos emitidas no prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, quando a conclusão de entrega venha ocorrer em data posterior a do seu vencimento.

9.3.16. Todos os custos relativos a entrega dos produtos (custas, fretes, deslocamento, combustível e outras) ficará a cargo da Contratada.

9.3.17. Permitir o acompanhamento da execução e fiscalização da execução contratual



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.3.18. No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações para cada um, fixadas no Termo de Referência.

10.2. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio do instrumento de contrato, dentro do prazo de validade da respectiva ARP, podendo esse ser substituído por nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no art. 95 da Lei 14.133, de 2021.

10.3. Será admitida a forma eletrônica na celebração da contratação, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.4. O prazo para assinatura da ata/contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei 14.133, de 2021.

10.5. A formalização dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preço, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.5.1. Se o instrumento de contrato for substituído por outro instrumento hábil, na forma do art. 95 da Lei 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da Ata.

10.6. Na assinatura do contrato:

I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação;

II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 16.2. do Edital;

10.7. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata, haja vista que o prazo de duração dos contratos segue o disposto pelo Capítulo V do Título III da Lei 14.133, de 2021.

10.7.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de até 5 (cinco) anos contados da data de sua assinatura, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias contados do atesto da nota fiscal, mediante transferência bancária na conta informada, sempre em favor da contratada.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

11.2. A nota fiscal deverá constar as seguintes informações:

- a) número do contrato ou número do empenho
- b) número do processo
- c) número da licitação
- d) informações de acordo com artigo 126 da Instrução Normativa RFB N.º 2110/2022, quando tratar de prestação de serviços
- e) demais informações ou retenções pertinentes da contratação

11.3. Havendo atraso no pagamento, considerados atrasos aqueles que ocorrerem entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, o valor será atualizado monetariamente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas do presente contrato são oriundas das dotações orçamentárias constantes no processo licitatório, quais sejam:

Órgão:

Unidade:

Função:

Sub-Função:

Programa:

Projeto/Atividade:

Elemento de Despesas:

Fonte de Recursos:

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

13.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, com relação dos licitantes que aceitaram reduzir/cotar seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor do certame, (**cadastro de reserva**), nos termos do item 15.1 do Edital, **segue anexa** a esta Ata de Registro de Preços.

13.3. Conforme Decreto Municipal nº 4.811/2021, quando convocada para assinar o contrato, a empresa deverá realizar o cadastro junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul / C-JUR [Sistema e-CJUR - Cadastro de Jurisdicionado TCE/MS](#) para fornecimento dos itens ao Município. A não realização do cadastro poderá implicar na desclassificação da empresa.

13.4. A presente Ata de Registro de Preços será regida pela Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Instrumento, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.



Proc. 1.601/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Costa Rica MS, de de 2024.

MUNICIPIO DE COSTA RICA – MS
Cleverson Alves dos Santos
Prefeito Municipal / Ordenador de Despesas

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO,
RECEITA E CONTROLE**
Paulo César Gabaron Vargas
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Daniel Rayckson Lemos Santos
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

**FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Antônio Divino Felix Rodrigues
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB)**
Maria Aparecida Francisca de Souza Almeida
Ordenadora de Despesas / Secretária Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA/SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,
MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA**
João Carlos Candido Rocha
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

Representante legal do DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

(apenas para conhecimento, a empresa não precisa preencher)

ANEXO IV**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

(Processo Administrativo nº 1.601/2024)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____ / ____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COSTA RICA, ATRAVÉS DO ORGÃO GERENCIADOR SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, RECEITA E CONTROLE; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA; E SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB; E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE COSTA RICA - CNPJ n. 15.389.596/0001-30, com sede à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro, em Costa Rica/MS, ordenador de Despesas: **Cleverson Alves dos Santos**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade com RG n. 1876103 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n. 648.171.485-00, residente e domiciliado à Rua Francisco Augusto Mesquita Filho, nº 365, Jardim Eldorado, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, RECEITA E CONTROLE**: Ordenador de Despesas: **Paulo César Gabaron Vargas**, Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Receita e Controle), brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com RG n. 479.928 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n. 447.571.071-53, residente e domiciliado à Rua João Rodrigues de Oliveira, nº 498, Ramez Tebet, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n. 13.996.218/0001-90; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**: Ordenador de Despesas: **Daniel Rayckson Lemos Santos**, Secretário Municipal de Saúde, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade RG nº 1.361.561 SEJUSP-MS e CPF nº 025.107.641-52, residente e domiciliado na Residente e domiciliado na Rua Ceará Nº602, Sonho Meu III, na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**, CNPJ n. 20.088.278/0001-70; **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n. 15.404.969/0001-03; **FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**, inscrito no CNPJ n. 36.142.469/0001-02; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: Ordenador de Despesas: **Antônio Divino Felix Rodrigues**, Secretário Municipal de Assistência Social, brasileiro, portador da carteira de identidade com RG n. 750047 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 600.776.891-00, residente e domiciliado à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 2014, Vila Santana, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA; E SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA**: Ordenador de Despesas: **João**

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

Carlos Candido Rocha, Secretário Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, brasileiro, portador da carteira de identidade com RG n. 000969546, inscrito no CPF sob o n. 837.988.701-87, residente e domiciliado à Rua Amélia Rodrigues de Menezes, nº 355, Jardim Buenos Aires, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB)**, inscrito no CNPJ n. 30.056.699/0001-72: Ordenadora de Despesas: **Maria Aparecida Francisca de Souza Almeida**, Secretária Municipal de Educação em exercício, brasileira, casada, pedagoga, portadora da carteira de identidade com RG n. 436777 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 421.005.001-63, residente e domiciliada à Avenida José Ferreira da Costa, nº 1902, Bairro Centro, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **DE OUTRO LADO** o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), portador do RG n. _____ devidamente inscrito no CPF sob o n. _____, com endereço eletrônico _____, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. _____**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREPOSTO INDICADO PELA CONTRATADA

1.1. Nos termos constantes no Anexo VII do edital, Termo de Nomeação de Preposto, a CONTRATADA nomeia e constitui o(a) senhor(a) _____, devidamente qualificado(a) no respectivo Termo, com endereço eletrônico _____, como o **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas na presente contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

2.1. O objeto do presente instrumento é a _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

2.2. Quantidade e especificação do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital da Licitação;

2.3.3. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

2.3.5. O Plano Básico de Fiscalização.

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA****CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO OBJETO** (artigos 105, 106 e 107)

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da data da assinatura, ou seja de ____/____/____ até o dia ____/____/____.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.3. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e, os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na referida Lei, e demais normas federais aplicáveis e também os normativos internos regentes, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo ser observado no sítio eletrônico do órgão as normas regentes das contratações formalizadas pela Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.2. A Gestão e fiscalização Contratual, conforme a alínea “f” do inciso XXIII do art.6º da NLL, se dará nos termos do Plano Básico de Fiscalização, conforme devidamente publicado no sítio eletrônico do município, no link: <https://www.costarica.ms.gov.br/portal/diario-oficial>

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de **até 30 (trinta) dias**, do atesto da nota fiscal.

6.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

6.4 Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.4.1 Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.5 A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.7. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

6.8. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

6.8.1. não produziu os resultados acordados ou deixe de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

6.9. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE ([artigos 25, §7º, 92, § 3º](#))

7.1. Não se aplica.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Emitir decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. O contratado deverá entregar junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou dificuldade criada pela contratante na entrega do objeto.

9.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.19. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.20. Entregar o produto sempre com a mesma qualidade e especificação técnica da proposta, em quantidade e qualidade compatível com o exposto no documento fiscal, no local, forma e prazo determinado no termo de referência;

9.1.21. Informar eventual alteração do preposto ou de sua qualificação, para providências quanto ao apostilamento devido, mantendo atualizado o endereço eletrônico do mesmo para os fins de eficiente comunicação no processo de fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. Multa de 20% (de vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021 (limite de 0,5 a 30%), sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações do item 11.1, alíneas “a” à “k”;

11.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos do item 11.1, alíneas “b” à “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, no caso do item 11.1, alíneas “h” à “k”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei](#)



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO ([art. 92, XIX](#))

12.1. **O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes**, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão:

Unidade:

Função:

Sub-Função:

Programa:

Projeto/Atividade:

Elemento de Despesas:

Fonte de Recursos:

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua assinatura e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sob condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Costa Rica MS, de de 2024.

MUNICIPIO DE COSTA RICA – MS
Cleverson Alves dos Santos
Prefeito Municipal / Ordenador de Despesas

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO,
RECEITA E CONTROLE**
Paulo César Gabaron Vargas
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Daniel Rayckson Lemos Santos
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

**FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Antônio Divino Felix Rodrigues
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal



Proc. 1.601/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO – FUNDEB)**

Maria Aparecida Francisca de Souza Almeida
Ordenadora de Despesas / Secretária Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA/SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,
MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA**

João Carlos Candido Rocha
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

Representante legal do DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____



Proc. 1.601/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME - EPP

Pregão Eletrônico nº 53/2024
Processo Administrativo nº 1.601/2024
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Eu _____, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa
(qualificação da empresa proponente) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita
no CNPJ sob o nº _____ com sede no endereço _____,
município _____/_____, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito,
especificamente para participação no presente procedimento licitatório, faz jus ao tratamento
diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo
3ª da referida Lei.

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às
penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código
Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____ / _____, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO VI**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Pregão Eletrônico nº 53/2024
Processo Administrativo nº 1.601/2024
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, com o endereço eletrônico _____, situada no Estado de _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação **do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: _____

E-mail:

Telefone:

IX - Ciência da existência e cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE, declara ainda, que os princípios norteadores da referida legislação estão incorporados no desenvolvimento de suas atividades institucionais, bem como na prática de seus agentes de tratamento.

X - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____ / _____, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal



Proc. 1.601/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Pregão Eletrônico nº 53/2024
Processo Administrativo nº 1.601/2024
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, declara que, que caso seja vencedora do certame, nomeia e constitui como seu(a) preposto(a), o(a) Senhor(a)....., brasileiro (a), estado civil, profissão, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º _____, residente e domiciliado (a) à _____, na cidade de _____, estado de _____, como responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste certame, bem como representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação.

Declarando ainda que, o contrato e todas as informações pertinentes devem ser direcionadas para o e-mail: _____.

....., de de 2024.

(Nome da empresa)

(Nome e assinatura do representante legal da empresa, com a indicação da qualidade de sócio/gerente/diretor/procurador) (confirmar poderes no contrato social ou procuração.)

(Nome e assinatura do preposto)